

Principal aliado na disputa pelo Planalto, os socialistas têm embates com os petistas em torno da definição das candidaturas estaduais e ao Congresso. No Rio, por exemplo, há pouca chance de acordo

Os nós de Lula com o PSB

» VICTOR CORREIA

dois dias do começo da janela das convenções partidárias, que ocorrem entre 20 de julho e 5 de agosto, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda tem arestas para aparar com o principal aliado para 2022: o PSB. As duas legendas vêm digladiando por todo o país para definir candidaturas a governos estaduais e ao Congresso. Coordenado pelo ex-presidente, o esforço do PT para desatar os nós vem dando frutos e garantiu o palanque nos dois maiores colégios eleitorais. Restam, porém, pendências e ajustes.

Na sexta-feira, um dos problemas foi resolvido: o do Espírito Santo. Em nota, o PT anunciou apoio à reeleição do atual governador, Renato Casagrande (PSB). Cai, portanto, a pré-candidatura do senador Fabiano Contarato (PT) ao governo capixaba.

"Casagrande é um democrata e tem uma conexão histórica com o PT. O apoio ao presidente Lula mostra que, cada vez mais pessoas, estão escolhendo o amor em vez do ódio. Sim, existem diferenças em nossas visões, mas nada tão importante quanto trazer de volta a alegria das pessoas, manter o Espírito Santo em um caminho progressista e evitar



Lula estará em Pernambuco nesta semana para lançar a candidatura de Danilo Cabral (PSB) ao governo

a reeleição de Bolsonaro", diz a nota, assinada pela presidente nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann, e pela presidente estadual, Jackeline Rocha.

Em contrapartida ao apoio petista, Casagrande dará palanque a Lula. A ideia não era bemvista pelo governador, que resistiu a se aliar ao ex-presidente até

esta semana. O acordo envolve também o PP, que exigiu ao pessebista não dar espaço ao PT na chapa em troca de apoio.

Após as negociações, o diretório capixaba do PT cedeu e aceitou apoiar Casagrande mesmo sem ter lugar na chapa, para garantir apoio a Lula. Nos bastidores, corre que a decisão ocorreu

como contrapartida à retirada da candidatura de Márcio França (PSB) ao governo de São Paulo, em 8 de julho, para abrir espaço a Fernando Haddad (PT).

O próximo alvo de Lula é Pernambuco. O ex-presidente estará no estado na quarta e quinta, encerrando a visita com ato público no Recife para lançar a candidatura

de Danilo Cabral (PSB) ao governo pernambucano. No estado, a tensão entre PT e PSB vem de um excesso de apoio a Lula.

Apesar de o presidenciável já ter declarado, em mais de uma ocasião, que Cabral é seu candidato ao governo, ele também não faz esforço para se distanciar da ex-petista Marília Arraes (Solidariedade). Ela declara abertamente seu apoio a Lula e utiliza sua imagem nos materiais de campanha — e Lula não se opõe a isso, muito pelo contrário. Durante a visita a Brasília, na última quarta-feira, Lula e Alckmin tiraram uma foto ao lado de Marília, que voltou a elogiá-los.

A postura irrita o diretório pernambucano no PSB, especialmente porque Marília lidera as pesquisas. A expectativa dos socialistas é que a passagem de Lula ajude a alavancar Cabral, o que pacificaria um pouco os ânimos.

Troca de farpas

Iano Andrade / CNI

No Rio de Janeiro, terceiro maior colégio eleitoral, há pouca perspectiva de acordo. A disputa ocorre pela vaga ao Senado entre o deputado federal Alessandro Molon (PSB) e o presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, André Ceciliano (PT). Nem mesmo a passagem de Lula

pelo estado pôde resolver a disputa. Tanto Molon quanto Ceciliano discursaram no palco com o ex-presidente, trocando farpas.

Fontes dos partidos dizem que ninguém vai ceder. Enquanto o diretório carioca do PT acusa Molon de descumprir acordo feito no começo do ano, segundo o qual ele renunciaria à vaga ao Senado em prol do petista, o pessebista insiste que não fez nenhuma negociação do tipo. O cenário mais provável é que as duas candidaturas sejam levadas adiante em paralelo. O apoio de Lula, porém, vai para Ceciliano.

No Rio Grande do Sul, há outro nó complicado. O petista Edegar Pretto e o socialista Beto Albuquerque disputam a vaga ao governo estadual. O PSB gaúcho, por um lado, avalia que a desistência do petista deve ocorrer como parte da contrapartida à saída de França da disputa paulista. O PT, por sua vez, considera que os dois partidos estão quites após a saída de Contarato.

Outra questão é que Albuquerque é declaradamente mais próximo do ex-governador do Ceará Ciro Gomes do que de Lula, e negocia apoio com o PDT. Na avaliação dos gaúchos, a situação só tem chance de ser resolvida com uma intervenção mais firme dos diretórios nacionais.

Tebet enfrenta dificuldades

» VINICIUS DORIA

Empenhada em viabilizar a candidatura à Presidência da República pelo autoproclamado centro democrático, a senadora Simone Tebet (MDB-MS) enfrenta dificuldades para montar palanques com seu próprio partido, o MDB, e vê o parceiro PS-DB cada vez mais distante em alguns estados considerados estratégicos. O União Brasil, liderado pelo pré-candidato da legenda na corrida presidencial, Luciano Bivar, começa a ocupar o espaço que, até então, estava separado para os emedebistas.

Nos principais colégios eleitorais do país, Tebet passará pelo constrangimento de dividir palanque não só com Bivar, mas com os outros candidatos que estão à frente dela nas pesquisas, como o presidente Jair Bolsonaro e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O último sinal de advertência veio do Rio Grande do Sul, onde o ex-governador tucano Eduardo Leite declarou apoio

à candidatura de Bivar à Presidência em troca da presença do União Brasil na coligação ao governo estadual. Por causa da demora do MDB gaúcho de ratificar a aliança com o PSDB, Leite ofereceu a vaga de vice na chapa dele ao União Brasil, em acordo selado na sexta-feira, em Porto Alegre. "Luciano Bivar terá nosso vivo apoio, terá nosso palanque à disposição", declarou o ex-governador, ao anunciar a aliança.

O ingresso do partido de Bivar no palanque de Leite põe em risco a aliança nacional da terceira via. Uma das exigências do PS-DB para formalizar a coligação é, justamente, o apoio do MDB gaúcho ao ex-governador tucano. Mas o partido de Tebet insiste em manter candidatura própria, com o deputado estadual Gabriel Souza.

Mesmo que o MDB decida partir em voo solo, Tebet não será aclamada pelo seu próprio partido em terras gaúchas. Para o primeiro turno, a agremiação está dividida está dividida entre grupos que apoiam a reeleição de Leite e a ala que prega apoio ao presidente Jair Bolsonaro, liderada pelo ex-ministro Osmar Terra. Essa ala deve reforçar os palanques bolsonaristas no estado, com Onyx Lorenzoni (PL) e Luís Carlos Heize (PP) na corrida ao Palácio Piratini.

Em São Paulo, principal colégio eleitoral do país, o PSDB também atraiu o União Brasil ao palanque do governador Rodrigo Garcia, que tenta permanecer no cargo, tendo como vice um nome indicado pelo novo aliado. Ao anunciar o ingresso do União Brasil na sua base de apoio, Garcia declarou que o palanque paulista estará aberto tanto a Tebet quanto a Bivar. Ao contrário da situação no Rio Grande do Sul, em que os comandos nacionais de MDB e PSDB trabalham pela viabilidade da coligação entre as duas legendas, em São Paulo, o acordo com o União Brasil teve a bênção dos presidentes do PSDB, Bruno Araújo (PE), e do MDB, Baleia Rossi (SP).

Mesmo no estado de origem da senadora, Mato Grosso do Sul, o palanque do MDB não assegura exclusividade. O presidente Baleia Rossi reuniu-se, na semana passada, com o pré-candidato da legenda, André Puccinelli, que ainda está construindo o arco de alianças para disputar o governo estadual. Puccinelli avisou que, dependendo dessas negociações, abrirá o palanque dele para outros pré-candidatos à Presidência. No estado, foi impossível unir MDB e PSDB. Os tucanos sul-matogrossenses fecharam com Eduardo Riedel, que apoia a reeleição de Bolsonaro.

Tebet tem percorrido o país para se tornar mais conhecida, mas, em cada escala, encontra o terreno já loteado. Na sexta, ele visitou o Espírito Santo, onde o MDB apoia a reeleição do governador Renato Casagrande, do PSB, que, por sua vez, abrirá seu palanque apenas para Lula. A anfitriã de Tebet no estado foi a senadora Rose de Freitas (MDB).

Depois de se encontrar com Casagrande, Tebet reconheceu que enfrenta divisões em seu próprio partido e que, por isso,



Tebet vê os tucanos mais distantes em estados estratégicos

terá que se contentar com palanques duplos. "Não temos a unanimidade do partido, mas teremos a unidade na convenção. Estaremos, sim, sem nenhum problema, dividindo palanques nos estados", admitiu Tebet.

Nordeste

A maior dificuldade da précandidata de centro, porém, será encontrar palanque disponível na Região Nordeste e nos dois maiores colégios eleitorais do Norte. Maranhão, Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco, Bahia, Alagoas, Ceará, Amazonas e Pará já fecharam com Lula. As lideranças se opuseram à formação da chapa da terceira via, com PSDB e Cidadania, e foram liberados pela Executiva Nacional para fazer as alianças que julgarem adequadas diante das realidades locais. O senador Renan Calheiros (AL) e o ex-presidente do Senado, Eunício Oliveira (CE), são os principais líderes da dissidência do MDB pró-Lula.

ROBERTO BRANT

A LIBERDADE POLÍTICA É A CONDIÇÃO NECESSÁRIA PARA A LIBERDADE DE BUSCAR CONHECIMENTO, DE INVENTAR E DE EMPREENDER

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

Na eleição, escolha a democracia

Na longa história humana, a democracia não passa de um breve instante. Durante séculos, na verdade milênios, os homens viveram sob o domínio de governos autocráticos, sem qualquer espaço para autonomia e com liberdade apenas para obedecer. Também é verdade que, desde o inicio das primeiras comunidades humanas na Mesopotâmia e na China até o advento da Revolução Industrial na Inglaterra do século 18, a humanidade não progrediu nada, pelo menos em termos materiais. Tanto o tamanho das populações quanto o valor da produção econômica e o nível de consumo permaneceram basicamente inalterados. É muito arriscado estabelecer, com certeza, relações de causalidade entre eventos

históricos, mas não há como não reconhecer que o extraordinário progresso econômico dos dois últimos séculos coincide perfeitamente com o aparecimentos dos primeiros governos democráticos e com os primeiros passos para a cidadania e a liberdade dos homens.

A liberdade política é a condição necessária para a liberdade de buscar conhecimento, de inventar e de empreender. Por isso mesmo, até há pouco tempo só os Estados democráticos alcançaram altos níveis de renda e de bem-estar. A existência hoje de Estados autoritários com economias desenvolvidas e com alto crescimento econômico parece desmentir essa correlação e chega a enganar os

espíritos mais apressados. Se examinadas com mais atenção, no entanto, as experiências de capitalismo sem democracia são inteiramente dependentes de relações com os capitalismos democráticos, tanto nos estágios iniciais quanto na fase de maturidade.

O milagre chinês, na sua origem, resultou da importação de conhecimento técnico das economias do Ocidente e da abertura para o comércio com o mundo, para fazer da China um país essencialmente comercial e voltado para a produção da riqueza, sem qualquer ideal utópico como principio fundador da vida social. Na fase madura de sua economia, a China vive de relações com as economias democráticas, seja partici-

pando das cadeias universais de valor, criadas pela globalização, seja vendendo para os ricos mercados de consumo do Ocidente. Se a China, por qualquer motivo, ficar isolada das economias capitalistas democráticas, o crescimento definhará em pouco tempo e ela voltará para os tempos da estagnação secular que marcou a longa história. O capitalismo chinês é um apêndice da economia ocidental e não viveria sem ele. A China autocrática precisa da democracia dos outros.

Faço essas considerações para argumentar que a democracia é um bom negócio e pode ser defendida por razões exclusivamente pragmáticas, já que a discussão de valores parece cada vez mais irrelevante nestes tempos de cinismo corrosivo. Se temos alguma esperança de voltar ao crescimento da economia, o ponto de partida é a garantia de um governo democrático. A defesa da democracia está se tornando uma tarefa necessária e até urgente, entre nós. E não pela ameaça das lideranças políticas ou militares, mas principalmente pelos conflitos que estão se formando no interior da própria sociedade.

A democracia só é possível quando a tolerância é o estado de espírito das grandes maiorias. Nas disputas políticas, o que deve estar em jogo não são as questões existenciais que separam irremediavelmente as pessoas. Como disse uma vez Raymond Aron, uma grande voz da razão, a política não é

jamais a luta entre o bem e o mal, mas apenas do preferível contra o detestável.

No Brasil destes dias, a sociedade está se separando em facções irreconciliáveis, alimentadas pelo medo e pela maldição das certezas absolutas, como se a própria existência da nação estivesse em jogo. O vencedor herdará uma nação em pedaços, pobre como antes, mas sem esperança de remédio. Para todos os que estão fazendo da política uma guerra, ficam as palavras de Camus: se existisse um partido para aqueles que não têm certeza de que estão certos, eu seria dele. Na democracia, todos podem vencer e todos podem perder. Se não for assim, não é numa democracia que estamos vivendo.